

ALGUMAS REFLEXÕES ADICIONAIS SOBRE O BEHAVIORISMO RADICAL (II)

HÉLIO JOSÉ GUILHARDI¹

Apresentaremos os comentários de Roger K. Thomas² sobre *Behaviorism at Fifty* (no texto, chamado simplesmente de “Behaviorismo-50”), artigo que você pode ler integralmente em Skinner, B. F. (1989), *Questões Recentes na Análise do Comportamento*. Campinas, SP: Papyrus, livro que, infelizmente, está traduzido com vários equívocos. O texto original em inglês pode ser encontrado em Skinner, B. F. (1989), *Recent Issues in the Analysis of Behavior*, Merrill Publishing Company, Columbus, Ohio.

OS BEHAVIORISMOS RADICAL E COGNITIVO SÃO INCOMPATÍVEIS?

ROGER K. THOMAS

Department of Psychology, University of Georgia

Em sua sinopse *250 anos* do behaviorismo, Ratliff (1962) concluiu corretamente que o behaviorismo “se resume a nada mais do que a aceitação do inevitável.” “Behaviorismo-50” apresentou a visão de Skinner sobre o behaviorismo, posição quase totalmente aceita pela maioria dos cientistas comportamentais (a serem diferenciados dos psicólogos não científicos). Afinal, Skinner concluiu que “nenhuma entidade ou processo que tenha força explicativa útil deve ser rejeitada com o argumento de que é subjetiva ou mental. Os dados ... devem, no entanto, ser estudados e formulados de maneiras efetivas.” Estas parecem ser condições razoáveis e realizáveis para investigações comportamentais da maioria dos temas tradicionais da psicologia. Por que, então, tem havido tanta oposição ao behaviorismo (radical) de Skinner?

A resposta é que Skinner *não* acredita que entidades ou processos mentais têm “força explicativa útil”. Contrária à aparente abrangência manifestada acima, entre os comentários de Skinner no “Behaviorismo-50” (Wann, 1964) estava: “Eu não encontro lugar na formulação para qualquer coisa que seja mental.” Assim, muitos cientistas comportamentais sentem que seus interesses acadêmicos são rejeitados pelos behavioristas radicais e se opõem ao behaviorismo, ou pior, o ignoram. Isto é uma pena porque há equívocos em ambos os lados. Skinner interpreta mal (ou ignora) visões alternativas de “processos mentais” e o que constitui “força explicativa útil”. Os cientistas comportamentais cognitivos acreditam que Skinner é mais limitado e menos tolerante do que realmente é.

Não deveria haver qualquer questionamento sobre a crítica de Skinner a respeito instâncias mentais, quando as explicações são substituídas por conceitos mentalistas ou quando entidades mentais são reificadas. Mas o uso de conceitos mentalistas que são

¹ Setembro/2008.

² Catania, A. C. e Harnad, S. (Eds.) (1989). *The selection of behavior. The operant behaviorism of B. F. Skinner: comments and consequences*. Cambridge University Press: New York, pp.367-9.

Texto traduzido por Hélio J. Guilhardi para uso exclusivo dos grupos de estudos do ITCR-Campinas.

definidos apenas em termos de “comportamento e variáveis manipuláveis ou controláveis” (ver abaixo) ou que são usados para caracterizar processos neurofisiológicos isomórficos, presumivelmente existentes, deveriam ser aceitáveis. Skinner parece ser inconsistente sobre a aceitabilidade de alguns conceitos, e os que ele rejeita são aqueles cuja rejeição desagrada ao behaviorista não radical. Considere os exemplos que se seguem.

Em “Behaviorismo-50”, Skinner se opôs aos estudantes que diziam que o pombo *associava* sua ação com o som do comedouro. Ele preferia dizer que a ação da ave era *temporalmente relacionada* com o som. Mais recentemente (no artigo “*Por que não sou um psicólogo cognitivista*”, 1977), ele usou um exemplo semelhante. “A explicação mentalista padrão é que o cachorro ‘associa’ o som com a comida, mas foi Pavlov quem os associou!” De modo semelhante, ele criticou a noção de uma criança ou um pombo “desenvolver um conceito”.

Por outro lado, em “Behaviorismo-50” Skinner disse: “a criança não irá *discriminar* entre cores... até que seja exposta a ... contingências [de reforçamento verbal]” (grifo acrescentado). À parte o erro³ de asserção sobre as condições para a discriminação de cores em crianças (Borstein, 1975) e o significado que ela tem para o argumento do qual faz parte, não há nenhuma diferença fundamental entre o uso que Skinner faz do termo discriminar e o uso de termos tais como associar e conceituar⁴. Todos podem ser definidos em relação a comportamento e a variáveis manipuláveis ou controláveis. Em princípio, todos podem, mas não precisam, se referir a processos neurológicos isomórficos. Discriminação é um termo padrão na nomenclatura behaviorista radical. Por que associação e conceituação não podem ser?

Para ser justo, Skinner usualmente usa a forma “responder discriminativamente”, mas parece que “responder associativamente ou conceitualmente” não seria aceitável. Uma definição, tal como “comportamento conceitual se refere a respostas reforçadas que não dependem de experiência prévia com os estímulos específicos que estão sendo apresentados”, tornaria “comportamento conceitual” ou “conceituação” aceitáveis? Se for assim, o behaviorista não radical não precisa se sentir rejeitado pelos behavioristas radicais e poderia estudar conceituação essencialmente como ela é, afinal de contas, estudada.

Presumivelmente, se pressionado, um cientista cognitivo-comportamental, seja ele de orientação fisiológica ou não, diria que o uso de “associar” ou “conceituar” é apenas uma maneira abreviada de caracterizar a descrição mais longa que seria apresentada por uma análise comportamental ou, talvez, aquela a que se deve a um processo neurofisiológico isomórfico presumido. Pode até surpreender alguns saber que Skinner apontou para esta última possibilidade há pelo menos 20 anos.

Mais uma vez, em suas ponderações em “Behaviorismo-50”, Skinner indicou o que significava para ele “força explicativa útil”.

Uma explicação é a demonstração de uma relação funcional entre comportamento e variáveis manipuláveis ou controláveis. Um tipo diferente de explicação surgirá quando uma fisiologia de comportamento se tornar disponível. “Ela preencherá os espaços entre eventos terminais...” Tem que ser

³ N. do T.: O “erro” a que o texto se refere foi esclarecido por Skinner em outro texto ao qual me refiro em uma nota intitulada *Nomeação de Cores*. Para ter acesso a tal nota, ver Anexo 1.

⁴ N. do T.: “Conceptualize” é mais usualmente traduzido por “formação de conceito”, mas, para harmonizar melhor a palavra na frase, mantive “conceituar”.

alcançada “por observação independente e não por inferência, nem por construções mentalistas.” (Wann, 1964, p.102)

Skinner é desnecessariamente restritivo na última sentença. Construções mentalistas desenvolvidas por inferência são razoáveis e úteis, desde que não sejam reificadas de forma imprópria ou não se tornem explicações nominais. Em última análise, a melhor explicação é uma descrição completa. Em princípio, no entanto, nunca haverá uma descrição *completa* em termos de análise comportamental ou qualquer outra. É artificialmente limitador ignorar a probabilidade de correlatos neurofisiológicos eventuais para conceitos mentais-comportamentais e evitar termos tais como “associar” e “conceituar”, os quais funcionam heurísticamente.

O lugar de Skinner na história da ciência comportamental está assegurado. Espero que em seus próximos 20 anos ele trabalhe na direção de aproximação com a ciência cognitivo-comportamental, de modo que seu lugar na história não seja manchado por oposição dogmática a tal aproximação.

Resposta de B. F. SKINNER

Concordo que “o pombo discrimina” é tão questionável quanto “o cachorro associa”. As duas expressões são perigosas ao sugerir um controle iniciador por parte do organismo. Eu me desculpo por meu uso descuidado. É o dilema do behaviorista. A língua inglesa e, até onde eu sei, a maioria das outras línguas colocam o indivíduo que se comporta na posição de um agente controlador. Dizemos que uma pessoa vê, ouve, aprende, teme, ama, deseja e assim por diante. Refrasear cada exemplo de acordo com bons métodos científicos resultaria em leitura muito difícil, mas uma análise de um determinado exemplo deve designar corretamente o controle iniciador. Para muitos propósitos, o vocabulário leigo é conveniente, mas conveniência não deve ser confundida com heurística. A popularidade atual da psicologia cognitiva “como uma revolta contra o behaviorismo” é fortemente devida à liberdade do uso de um vocabulário comum, não à descoberta de uma ciência alternativa de rigor comparável.

Comentários de Hélio J. Guilhardi

Acho muito importante retomar a noção de que termos frequentemente usados na Psicologia, inclusive muitos dos quais até mesmo pelos behavioristas radicais, tais como observação, associação, atenção, concentração, memória, discriminação, generalização, formação de conceitos etc. são mentalistas. Há, no entanto, uma distinção essencial entre saber que são mentalistas e usá-los sem saber que são mentalistas. Desde que li pela primeira vez, num texto de Skinner, que não era o cachorro (de Pavlov) que *associava* o som (CS) com o alimento (US) e sim o experimentador, tive um “insight” (olha aí o mentalismo outra vez!) e sobre um tema extremamente importante: aprendi, com a frase de Skinner, como se *produz* “associação”. Deixei de ficar desamparado, me perguntando diante de um cliente, como proceder para levá-lo a melhor associar, observar, prestar atenção, discriminar, generalizar, se concentrar, formar conceitos etc. Tais termos mentalistas perderam sua magia e sua intangibilidade e se transformaram em *produtos* de manejos de contingências de reforçamento acessíveis ao experimentador e ao clínico. Manejo de contingências de reforçamento é a varinha mágica dos contos de fadas, que não transforma abóbora em carruagem, mas produz associação, atenção, observação etc.

A discussão aqui iniciada não é inócua. Traz ganhos extraordinários sobre o controle de comportamentos. Veja como fica mais claro a partir de um exemplo. A professora se queixa de que Juca não presta atenção ao que ela escreve na lousa. Como tal, não copia as tarefas e não acompanha o conteúdo da aula... O que ela pede para o psicólogo é que Juca venha a prestar atenção em sala de aula. Vamos converter a queixa da professora em um problema comportamental.

A professora, ao *escrever* na lousa a palavra “casa” e dizer “copiem” (considere que na atividade ditado a professora, ao *dizer* “casa” e solicitar que os alunos escrevam a palavra no caderno, está fazendo algo análogo) exerceria para os alunos a função de evento antecedente, o qual seria composto por uma instrução verbal (“copiem”) e um modelo visual textual a ser imitado (*matched*), qual seja, a palavra “casa” escrita na lousa. Quaisquer outras instruções que ela possa adicionar, tais como “observem o que escrevi na lousa”, “prestem atenção em todas as letras; não pulem nenhuma, nem façam diferente” não vão mobilizar a capacidade interna do aluno de “prestar atenção”, pois tal conceito é simplesmente um rótulo arbitrário, atribuído a posteriori para o aluno; não é uma propriedade, nem uma natureza intrínseca ao organismo (humano ou não). Ou seja, na concepção tradicional não behaviorista, o aluno que *copiou* corretamente é aquele que *prestou atenção* (neste caso, tem intacta a capacidade de prestar atenção; é, portanto, “normal”); o aluno que escreveu “caza” não prestou atenção (ou seja, em particular se tais erros se repetem, afirma-se que sua atenção está, de alguma maneira e por alguma razão, prejudicada; precisa ser “curado”, portanto, e pode ser condenado até mesmo a ingerir medicamentos associados a tratamentos psicopedagógicos para melhorar sua atenção, concentração etc.). Juca pertence ao segundo grupo de alunos!

Vamos completar os elos da tríplice contingência de reforçamento referente ao episódio comportamental exemplificado em sala de aula. O aluno, então, sob controle do evento antecedente apresentado pela professora, poderá (ou não) emitir a resposta de copiar “casa”, conforme o modelo textual. Se o fizer, então, tal resposta será conseqüenciada socialmente com uma reação da professora, potencialmente com função reforçadora positiva. Conclui-se, portanto, que “prestar atenção” tornou-se, diante da análise exposta, um fenômeno comportamental que compete à área de controle de estímulos. O aspecto mais relevante do exposto é que tal conceituação da dificuldade do aluno permite ao analista de comportamento lidar com as contingências de reforçamento que estão produzindo e mantendo o déficit comportamental (não a “falta de atenção” dele), rearranjá-las e propor novas contingências até encontrar as que mais propriamente venham a controlar o comportamento de copiar corretamente a palavra escrita na lousa pela professora. Basicamente, o analista de comportamento poderá atuar em um (ou até mesmo em todos) dos elos da tríplice contingência. Assim:

antecedente: usar procedimento de *fading out* (por exemplo, escrever a palavra com letras grandes e separadas, depois menores e mais próximas... até as letras adquirirem tamanho e proximidade, de modo que a palavra ganhe a forma do modelo padrão típico em sala de aula).

resposta: Juca pode ter déficits ou excessos comportamentais que competem com ou dificultam a emissão da resposta de escrever a palavra. Assim, por exemplo, pode ter que melhorar a coordenação motora para segurar um lápis, para fazer um traçado sobre papel, para manter-se por períodos mais prolongados sentado na carteira, para ficar mais sob controle do comportamento da professora do que sob controle de comportamentos e da presença de colegas etc.

conseqüência: os reforços positivos disponíveis para se comportar “pedagogicamente” (atender a professora, escrever corretamente, permanecer calado durante a solicitação dela etc.) são fracos ou inexistentes. Neste caso, há necessidade de identificar ou introduzir reforços potencialmente mais poderosos e apropriados para o contexto de sala de aula e liberá-los contingentes a comportamentos desejados.

operação estabelecadora: não se deve esperar que a criança tenha “razões” para se comportar da forma esperada pela professora e pelos pais. Há que se criar razões para ela se comportar como tal. Numa linguagem mais precisa, o grupo social envolvido com a criança deve criar contingências de reforçamento (inclusive programar procedimentos que alterem na direção desejada o papel do evento antecedente – acentuando a função discriminativa – e do evento conseqüente – acentuando a função reforçadora positiva) mais apropriadas para evocar a emissão do comportamento esperado e manter a ocorrência do mesmo.

controle coercitivo: embora nem sempre identificadas – uma vez que elas podem estar presentes de *forma* sutil, não obstante com *função* intacta – contingências coercitivas podem estar produzindo comportamentos de fuga-esquiva incompatíveis com a emissão dos comportamentos desejados pela professora ou podem estar gerando reações emocionais e suprimindo respostas operantes importantes para o desempenho acadêmico. Por exemplo, a simples presença de uma professora coercitiva pode ter função de estímulo pré-aversivo, que evoca respostas de fuga-esquiva das atividades acadêmicas e, assim, os comportamentos que ela emite “para ensinar” não têm função de S^D para controlar respostas acadêmicas. Ainda mais, uma professora “apática”, que praticamente não reforça comportamentos desejados, pode ter a função de S^A , diante de quem o aluno não emite respostas acadêmicas ou emite qualquer resposta (correta ou não), uma vez que não há reforçamento diferencial contingente a desempenho acadêmico correto.

Não é objetivo do presente texto detalhar todos os procedimentos disponíveis e necessários para lidar com as dificuldades do Juca. O que deve ficar claro é que o profissional nada tem a fazer com a criança portadora de “déficit de atenção” e tem tudo a fazer com a criança que não está sob controle adequado de estímulos.

Concordo com Thomas quando alerta para a impropriedade de adotar posições extremas quanto ao uso de *termos* mentalistas (ou cognitivos). Skinner também concorda. Skinner escreveu (não tenho a referência neste momento) que não há problema em usar termos mentalistas, desde que o analista do comportamento esteja preparado para expô-los de pronto em termos comportamentais (e, acrescento, apontar as contingências de reforçamento de que tais comportamentos são função). Não há como abandonar termos mentalistas; há como lidar com o fenômeno (humano) comportamental a que tais termos, em algum nível (em geral precário), se referem. A linguagem – veja como exemplo a conjugação de um verbo (como “fazer”): Eu faço. O agente causador da ação, o *Eu* interno e mentalista, está tão impregnado na nossa maneira de falar, que cabe a questão: dá para substituí-la por uma linguagem puramente comportamental? Por ora, a resposta é não. No futuro? Duvido. O mais importante, porém, é que não me parece que seja uma mudança essencial. O presente texto parece confirmar tal irrelevância.

NOMEAÇÃO DE CORES

HÉLIO JOSÉ GUILHARDI⁵

Instituto de Terapia por Contingências de Reforçamento

Em uma discussão⁶, a partir do seu texto *Behaviorism at fifty*, Skinner respondeu a Wellman da seguinte maneira: “Wellman citou-me fora de contexto: ‘Temos razão para acreditar que a criança não irá discriminar entre cores – ou seja, ela não verá duas cores como diferentes, até ser exposta a tais contingências [sociais, verbais].’ Eu estava falando sobre *nomear* (*naming*) uma cor – isto é, responder a cores independentemente dos objetos coloridos. O ponto foi relevante para meu argumento porque as contingências que nos levam a responder a muitos eventos privados são necessariamente ‘sociais, verbais’. (Não há dúvida que crianças discriminam entre objetos de cores diferentes e respondem a três objetos como diferentes de dois objetos, mas os conceitos de cor e número, como propriedades abstratas, são diferentes, e eu ficaria surpreso se Wellman pudesse mostrar que existem tais contingências que os produzem, que não sejam sociais.)”

Achei relevante destacar o parágrafo acima, pois ali Skinner faz uma distinção esclarecedora a respeito de responder diferencialmente sob controle de objetos de diferentes cores e *nomear* as diferentes cores de objetos. Responder diferencialmente a objetos de diferentes cores e nomear diferentes cores de objetos são comportamentos produzidos por contingências de reforçamento diferentes, sendo que nomear só pode ser instalado por contingências de natureza social produzidas por uma comunidade verbal. Espero que os supervisores fiquem atentos a tais distinções.

⁵ Em setembro/2008.

⁶ Catania, A. C. e Harnad, S. (1989). *The Selection of Behavior. The operant behaviorism of B. F. Skinner: comments and consequences*. Cambridge University Press, New York, p. 373.